DIARIO DO GOVERNO

A correspondencia official da capital e das provincias, franca de porte, bem como os periodicos que trocarem com o *Diario*, devem dirigir-se á Imprensa Nacional.
Anunciam-se todas as publicações literarias de que se receberam na mesma Imprensa dois exemplares com esse destino.

Assinaturas por anno 15\$000
Ditas por semestre 10\$000
Numero ayulso, cada folha de quatro paginas 40
Em conformidade da carta de lei de 24 de maio e regulamento de 9 de agosto de 1903, cobrar-se-hão 10 réis de sello por cada annuncio publicado no *Diario do Governo*

Annuncios, por linha 60
Comunicados e correspondencias, por linha 60
A correspondencia para a assinatura do *Diario do Governo* deve ser dirigida á Administracão Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar á publicação de annuncios será enviada á mesma Administracão Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva importancia.

SUMMARIO

MINISTERIO DO INTERIOR:

Decretos de 27 de março:
Concedendo a naturalização de português a um cidadão uruguayano.
Autorizando a Commissão Municipal do concelho da Povoa do Varzim a criar um lugar de veterinario.
Concedendo provimento no recurso n.º 13:400, em que era recorrente João Borges do Rego.
Despachos pela Direcção Geral de Administracão Política e Civil, sobre movimento de pessoal.
Decretos de 25 de março:
Autorizando a Misericórdia de Evora a elevar o ordenado do continuo da respectiva secretaria.
Approvando o novo quadro do pessoal do Seminario dos Meninos Desamparados do Porto.
Mandando subvencionar um estudante português que se acha curando a faculdade de philosophia na Universidade de Paris.
Portaria de 25 de março, autorizando o Seminario dos Meninos Desamparados do Porto a vender determinados bens e applicar o seu producto á compra de inscrições de assentamento.

MINISTERIO DAS FINANÇAS:

Decretos de 23 de março, provendo dois logares de primeiro contador vagos na Direcção Geral do Tribunal de Contas.
Portaria de 24 de março, nomeando mais sete vogaes para a commissão incumbida do projecto de reforma dos serviços aduaneiros.
Decreto de 25 de março, determinando a forma por que poderão ser pagas as importancias em divida de direitos de mercê, emolumentos, sello e addicionaes, relativos ás distincções honorificas, a que se refere o decreto de 2 de dezembro ultimo, conferidas a officias do exercito e da armada.
Despachos pela Direcção Geral das Alfandegas, sobre movimento de pessoal.

MINISTERIO DA GUERRA:

Ordem do Exercito n.º 6 (2.ª serie), referida a 9 de março.
Nota do abono de trabalhos extraordinarios desempenhados na 2.ª Repartição da 5.ª Direcção da Secretaria da Guerra em março.

MINISTERIO DA MARINHA E COLONIAS:

Ordem da Armada n.º 8 (Serie B), referida a 15 de fevereiro.
Decretos com força de lei de 23 de março:
Estabelecendo os direitos a pagar pelos dentes de elephante e pelos chifres, pelles e couros dos animaes especificados na alinea b) do artigo 3.º do regulamento da caça da provincia de Moçambique, que forem exportados pelas alfandegas da mesma provincia.
Determinando que, a titulo provisório, enquanto durar a acção de combate contra o desenvolvimento da doenca do somno na Ilha do Principe, seja isenta de direitos e impostos a rede de qualquer especie importada para a defesa mecanica das habitacões d'aquella ilha contra as moscas e mosquitos.
Despachos pela Direcção Geral das Colonias, sobre movimento de pessoal.
Rectificacão ao decreto de 22 de dezembro de 1910, que altera a tabella annexa ao regulamento especial do imposto do sello na provincia de Macau.

MINISTERIO DOS ESTRANGEIROS:

Aviso acerca da liquidacão de um espolio.

MINISTERIO DO FOMENTO:

Edito para concessão do diploma ao descobridor de uma mina de wolfram e outros metaes situada no concelho de Castro Daire.
Despachos pela Direcção Geral de Obras Publicas e Minas, sobre movimento de pessoal.
Relacão dos registos de marcas internacionaes cancellados em 1910.
Despacho mandando considerar extinctas duas padarias da Companhia de Panificacão Lisbonense.

AVISOS E ANNUNCIOS OFFICIAES:

Junta do Credito Publico, editos para averbamento de titulos.
Administracão do concelho de Trancoso, annuncio de concurso para provimento do lugar de official de diligencias da administracão.
Casa Pia de Lisboa, annuncio para venda de trapo e calçado velho.
Juizo de direito da comarca de Silves, editos para citação de refractarios.
Caixa Geral de Depositos, annuncio de concurso para provimento de duas vagas de amanuenses.
Inspeccão Geral do Serviço Technico das Alfandegas, annuncio para arrematação de productos destinados á desnaturalização do alcool.
Deposito de Material Sanitario, annuncio para arrematação de medicamentos, desinfectantes e utensilios de botica destinados ao serviço de saude do exercito.
Observatorio do Infante D. Luis, boletim meteorologico.
Capitania do Porto de Lisboa, boletim do movimento da barra.
Estação Telegraphica Central de Lisboa, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANNUNCIOS JUDICIAES E OUTROS.

SUMMARIO DOS APPENDICES.

N.º 123 — Cotação dos fundos publicos nas Bolsas de Lisboa e Porto, em 24 de março.

MINISTERIO DO INTERIOR

Direcção Geral de Administracão Política e Civil

1.ª Repartição

Nos termos do decreto com força de lei de 2 de dezembro de 1910: hei por bem conceder a Pedro Dupin, natural de Montevidéu, Republica do Uruguay, residente ha annos nos logares da Malaposta, freguesia de Arcos e de Mogofores, concelho de Anadia, a naturalização que pediu neste país, para que possa gozar os direitos e prerogativas inherentes á qualidade de cidadão português, depois de registada a respectiva carta na conformidade do disposto no artigo 4.º do referido decreto.

Paços do Governo da Republica, em 27 de março de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Attendendo ao que representou ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa a Commissão Municipal da Povoa de Varzim;

Vistas as informacões officiaes:

Hei por bem autorizar, nos termos do artigo 55.º, n.º 2.º, doCodigo Administrativo de 4 de maio de 1896, a mesma Commissão Municipal a criar e prover, com a dotação annual de 150\$000 réis, um lugar de veterinario.

Paços do Governo da Republica, em 27 de março de 1911.—O Ministro do Interior, *Antonio José de Almeida*.

Sendo presente ao Governo Provisorio da Republica Portuguesa a consulta do Supremo Tribunal Administrativo acerca do recurso n.º 13:400, em que é recorrente João Borges do Rego e recorrida a Camara Municipal do concelho da Praia da Victoria, e de que foi relator o vogal effectivo Dr. Artur Torres da Silva Fevereiro:

Mostra se que, contra a deliberação da recorrida, de 23 de janeiro de 1907, que extinguiu, por dispensavel, o emprego de chefe da conservacão de estradas e fiscal das obras municipaes do referido concelho, em que fôra provido em 27 de julho de 1903 o recorrente, com a dotação annual de 180\$000 réis insulanos, reclamou este para a competente auditoria, arguindo de illegal a mesma deliberação, por isso que o dito emprego não é nem pode ser desnecessario, e tanto que a fiscalização das obras passou a ser feita por outros individuos, um a 700 réis diarios e outro com 120\$000 réis annuaes, o que importa a substituição do logar supprido por outro, com diferente nome e dotação, no qual porem devia ser provido o reclamante, em vista do preceito no artigo 447.º, § unico, doCodigo Administrativo de 1896;

Allega tambem que o direito das camaras municipaes de extinguir empregos da sua dependencia não é absoluto mas sim limitado pelas normas da boa administracão, firmadas na praxe e em diversos diplomas, designadamente no decreto de 9 de novembro de 1893, e no despacho de 5 de dezembro de 1906, publicado no *Anuario da Direcção Geral da Administracão Política e Civil*, que a Camara Municipal do concelho de Chaves indicou não haver inconveniente na extincção de dois logares de amanuenses, «quando vagassem»;

Impugnou por ultimo deliberado, por falta de approvação tutelar, e portanto do documento de fl. 4 a 16, por todos estes fundamentos concluiu pedindo provimento na sua reclamação e o pagamento dos ordenados respectivos do tempo em que se acha privado do seu emprego:

Contestou a Camara Municipal o pedido, fundando-se em que usar de uma faculdade legal, extinguindo com observancia das formalidades legais, o logar de chefe da conservacão das estradas, que aliás não estabeleceu de direito ou de facto, pois nenhuma deliberação houve a tal respeito, e dos individuos a que allude o recorrente, um é jornalista, chamado como mestre de obras, quando é preciso e despedido quando deixa de o ser, e o outro jornalista tambem é um olheiro, cujo emprego existia já quando foi criado o de chefe da conservacão das estradas.

Da mesma forma contestou que tenham applicação á especie dos autos os citados decreto e despacho, o primeiro porque foi expedido sobre o imperio de diferente legislação, o segundo porque só negou ás camaras municipaes o direito de extinguir empregos criados por lei, e negou tambem que o deliberado estivesse sujeito a confirmacão tutelar, a qual quando fôsse precisa derivaria do lapso de prazo estabelecido no § 2.º do artigo 56.º do citado codigo.

Estas razões foram impugnadas de fl. 39 a fl. 41 pelo reclamante, insistindo tanto na indispensabilidade do seu emprego, cujas funcões passaram para o olheiro e para o mestre de obras, tornando-se permanente no orçamento municipal o ordenado do primeiro e sendo aumentado o

do segundo, como na falta insupprivel da confirmacão tutelar, a qual, nos termos do decreto de 6 de setembro de 1902, entende que só podia ser concedida expressamente, e ainda na applicação do citado decreto de 1893, porque o artigo 447.º do codigo de 1896 corresponde essencialmente ao artigo 400.º do codigo de 1886.

Pela sua parte manteve e collaborou a Camara a materia de facto e de direito da respectiva contestação nas allegações de fl. 51 a 55.

O auditor administrativo do districto de Angra do Heroismo, certificada a legitimidade das partes, e ponderando que são as municipalidades o unico juiz da necessidade dos empregos, que tenham o direito de criar e extinguir, e que neste caso está o emprego do recorrente, por isso que não foi instituido por lei, assim como não foi ulteriormente restabelecido, quer pela criação de outro, quer pelo facto de inclusão de verba orçamental para remuneracão de certos serviços e havendo por supprida, nos termos do § 2.º do citado artigo 56.º a falta de approvação tutelar do deliberado, julgou improcedente a reclamação.

D'esta decisão foi interposto o presente recurso, em cuja sustentação se reproduziram as ultteriores allegações, concluindo o recorrente pela procedencia da sua reclamação e a recorrida pela confirmacão da sentença da primeira instancia ou pela annullação do processo por incompetencia em razão da forma e da materia, se, como pretende o recorrente, a deliberação reclamada carecia da approvação superior, visto que nos termos do artigo 61.º do citado codigo das deliberações municipaes de caracter provisorio, somente se pode reclamar no Contencioso Administrativo, depois de approvados pela tutela;

O que tudo visto, com a audiencia do Ministerio Publico:

Considerando que não ha duvida acerca da legitimidade das partes, nem procede a suscitada sobre a illegalidade de processo, visto que nos termos dos artigos 35.º, n.º 5.º, 61.º e 337.º do citado codigo, se pode reclamar contentiosamente, quer das deliberações municipaes confirmadas pela tutela, quer das indevidamente havidas por definitivas e como taes executadas antes de obter approvação superior, como se resolveu no decreto de 20 de março de 1903, e tambem nos despachos de 7 de junho de 1895, 5 de abril de 1905, 8 de maio de 1906, 31 de dezembro de 1907 e 21 de agosto de 1908, publicados no *Anuario da Direcção Geral de Administracão Política e Civil*;

Considerando que na data sobredita de 23 de janeiro de 1907, a Camara Municipal do concelho da Praia da Victoria, não só deliberou extinguir o emprego de chefe de conservacão das estradas e fiscal das obras municipaes, mas tambem, como está expresso no documento de fl. 14 v., em consequencia da mesma deliberação, houve por extinto o dito emprego, e assim o mandou notificar ao recorrente, o que se cumpriu em 7 de fevereiro seguinte, como tambem consta do citado documento a fl. 15 v. e 16 do processo, tendo e executando assim como definitivas as suas resoluções neste assunto;

Considerando que o recorrente reclamou contra o deliberado não só por offensivo dos seus direitos fundados em lei, mas tambem por excessivo da autonomia municipal e, se este fundamento importa uma questão preliminar, que, sendo julgada procedente exclue qualquer outra, aquelle ainda neste caso aproveita ao recorrente para demonstracão da sua legitimidade como reclamante;

Considerando que a distribuição de funcões do emprego de chefe de conservacão das estradas e fiscal das obras municipaes por outros serventuarios do municipio, já existentes na data da suppressão do mesmo logar, não constitue o seu restabelecimento, mas demonstra que a recorrida tomou por definitiva a deliberação reclamada;

Considerando que, se ás municipalidades assiste o direito de extinguir os empregos, por ellas criados, e que hajam por desnecessarios, ainda que estejam providos em funcionarios, contra os quaes não haja motivo de procedimento, em vista da expressa disposiçã do § unico do citado artigo 447.º, que põs termo a menos rigorosa jurisprudencia anterior, e em cuja conformidade foram já expedidos decretos de 25 de agosto de 1908 e 4 de fevereiro de 1906, a effectividade d'esse decreto só é valida quando tenham sido observados os tramites de que largamente depende o seu exercicio;

Considerando que o uso da faculdade consignada no referido paragrapho não é incondicional porque depende de previa audiencia ao interessado exigida no artigo 51.º, n.º 15.º do citado codigo, nem se rege pelo só arbitrio da camara municipal, por isso que as deliberações acerca de extincção de empregos importam á organizacão dos serviços do municipio, como se declarou no despacho de 22 de setembro de 1900; publicado no citado annuncio, e por isso carecem, nos termos do n.º 1.º do artigo 56.º do citado codigo, de confirmacão tutelar para serem executados